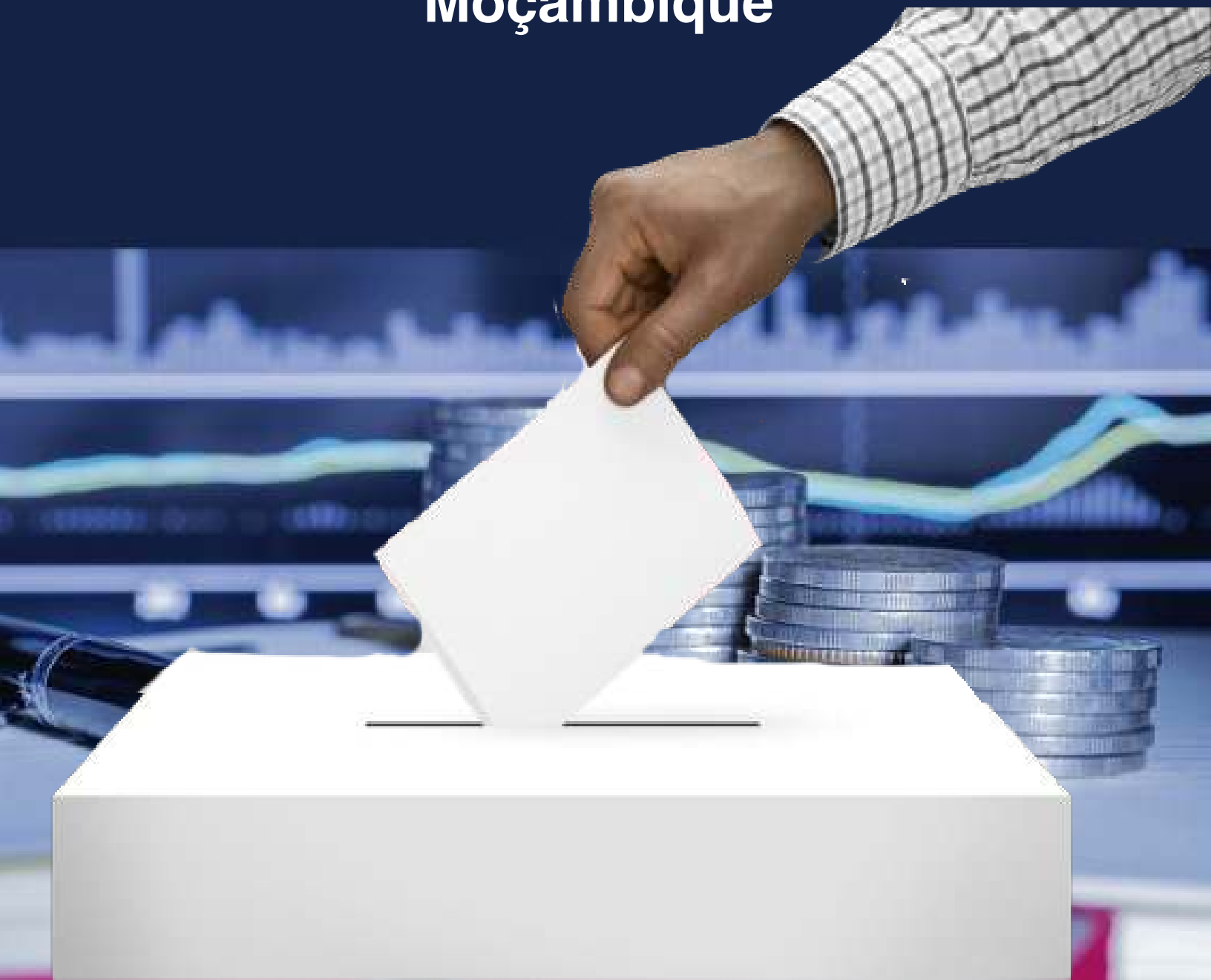




CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Perspectivas de Governação para o Ano de 2023: os 10 Riscos a Monitorar em Ano de Eleições em Moçambique



Título: Perspectivas de Governação para o Ano de 2023: os 10 Riscos a Monitorar em Ano de Eleições em Moçambique

Director: Edson Cortez

Coordenação e Edição: Borges Nhamirre

Autores: Aldemiro Bande, Baltazar Fael, Borges Nhamirre, Egas Jossai, Estrela Charles, Gift Essinalo, Lázaro Mabunda, Rui Mate, Stélio Bila e Zanele Chilundo

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Design Gráfico: Liliana Mangove



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Perspectivas de Governação para o Ano de 2023: os 10 Riscos a Monitorar em Ano de Eleições em Moçambique

Índice

Nota do Director.....	5
Introdução.....	6
1. Finanças Públicas: ano economicamente difícil com risco de manipulação de indicadores macroeconómicos para fins eleitoralistas.....	7
1.1 Risco de manipulação das variáveis macroeconómicas em períodos eleitorais.....	7
1.2 Previsões da Inflação.....	8
1.3 Aumento dos gastos públicos no período eleitoral.....	8
1.4 Risco de atribuição de benefícios fiscais indevidos.....	10
1.5 Necessidade de maior Transparência Orçamental.....	12
2. Sector Empresarial do Estado: Risco de Uso do Património das Empresas Públicas para Financiar Campanha Eleitoral ..	13
3. Indústria Extractiva: risco de desvio de receitas do sector extractivo para financiar eleições.....	14
3.1 Restrições no financiamento e desastres naturais podem afectar a produção do sector	15
3.2 Falta transparência dos dados disponibilizados publicamente.....	16
3.3 Unidade de Gestão do Processo Kimberley (UGPK) risco de constituir “saco azul”	17
4. Risco de aumento de casos de corrupção para financiar actividades eleitoral.....	18
5. Procurement Público: riscos de manipulação da contratação pública para financiamento político ilícito.....	20
5.1 Risco de corrupção no procurement municipal.....	20
6. Insurgência em Cabo Delgado: risco de aumento de ataques em contexto eleitoral.....	21
7. Risco de ocorrência de ilícitos e violência eleitoral.....	22
8. Risco de repetição de promessas eleitoralistas não realizadas.....	24
8.1 Município da Cidade de Maputo.....	24
8.2 Município da Cidade de Matola.....	25
8.3 Município da Cidade de Quelimane.....	25
8.4 Município da Cidade de Nampula.....	25
9. Risco de aumento de repreensão de liberdades fundamentais e fechamento de espaço cívico.....	26
9.1 Fechamento de espaço cívico.....	26
10. Equilíbrio de género: risco de exclusão da mulher da participação política.....	27
Conclusão.....	28
Referências.....	29

Nota do Director

O ano 2023 marca o início de mais um ciclo eleitoral, com a realização das eleições autárquicas em Outubro, que são a antecâmara para as eleições gerais que se realizam em 2024. Pelo historial de competição eleitoral, as eleições autárquicas serão aquelas que mais interesse irão suscitar entre os eleitores e os partidos políticos. Na linha da frente estarão as autarquias da Beira, Nampula, Quelimane, Nacala que são actualmente governadas pela oposição dado que o partido Frelimo pretende reconquistá-las.



Uma das grandes incógnitas será sobre a emergência, ou não, de grupos cívicos que possam concorrer, principalmente nas eleições autárquicas, devido ao descrédito quase geral em que caíram os partidos políticos na sua generalidade.

As eleições são também um momento de tensão intra-partidária porque a designação de candidatos revela os níveis de alianças e confiança política entre as lideranças partidárias e as bases. Estas eleições irão ter o condão de acontecer num momento em que o partido no poder experimenta momentos de grande tensão entre o antigo presidente do partido e da República, Armando Guebuza, e o actual incumbente, Filipe Nyusi.

A tensão, que tem o caso das dívidas ocultas como o expoente máximo da sua visibilidade, poderá concentrar grande parte das atenções do actual Presidente, do seu governo e dos principais aliados, relegando para segundo plano medidas que deveriam ser implementadas para a recuperação económica do país e que provavelmente poderiam fazer aumentar os ganhos políticos do partido no poder.

Portanto, é crível que medidas de revitalização económica, tais como o PAE (Plano de Aceleração Económica), sejam relegadas para segundo plano, num cenário de fortes lutas pelo controlo do partido entre as facções pro-Nyusi e pro-Guebuza. As lutas entre as facções ir-se-ão agudizar, sobretudo, para influenciar a escolha dos cabeças de lista para as eleições autárquicas, mas também para a nomeação do candidato à sucessão de Nyusi (isso se não houver revisão constitucional para que se acomode um terceiro mandato).

Estas disputas podem ter o condão de retirar o foco em aspectos cruciais da governação, tais como o plano acima mencionado, como também, o conflito armado em Cabo Delgado, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento para os próximos 25 anos, as questões ligadas à indústria extractiva (debate sério e inclusivo sobre o que se pretende do Fundo Soberano), o já anunciado seguro soberano de gestão de desastres naturais e as incertezas sobre a Tabela salarial Única (TSU).

O historial da economia política de Moçambique demonstra que nos últimos dois anos do fim do mandato, os servidores públicos do topo focam-se em buscar posicionar-se perante os ventos de mudança. Portanto, decisões cruciais na gestão da administração pública são adiadas porque não se sabe o que os “novos chefes” podem pensar ou querer. Esta é uma característica dominante da descontinuidade no processo de formulação de políticas públicas que é típica da realidade política moçambicana.

Portanto, se as hipóteses acima arroladas vierem a confirmar-se, teremos uma Frelimo que poderá chegar às eleições de Outubro bastante fragmentada e fragilizada pela sua baixa performance governativa, ao nível do Governo Central, o que poderá ter efeitos na decisão do voto dos eleitores, tanto pela abstenção como pelo voto na oposição, dependendo do desempenho dos seus candidatos a nível local. As reformas introduzidas com a nova Tabela Salarial Única, criaram tensões e conflitos entre um dos principais grupos de apoio ao partido no poder, os funcionários e agentes do Estado.

As perspectivas do ano que agora começa revelam para o país enormes desafios para a recuperação da economia, num cenário de disputas e conflitualidades intensas dentro das facções do partido com responsabilidade governativa, o que pode ser um factor determinante para a instabilidade política, económica e social do país.

Edson Cortez, PhD

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Edson Cortez', written over a light blue background.

Director Executivo do Centro de Integridade Pública

Introdução

Cerca de 1/3 dos cidadãos eleitores moçambicanos deverão votar a 11 de Outubro deste ano para eleger os titulares dos órgãos das autarquias locais. As eleições constituem uma oportunidade de aprofundamento da democracia ao dar a oportunidade aos cidadãos de escolher os seus dirigentes.

Entretanto, em um dos países mais corruptos do mundo e governado por um regime classificado como autoritário, a realização de eleições é, amiúde, usada como um mecanismo de os dirigentes políticos apoderarem-se de recursos do Estado para fins privados, aumentarem a repressão de liberdades fundamentais e a manipulação do funcionamento de instituições democráticas e de apresentarem programas de governação eleitoralistas que jamais serão cumpridos.

Grandes escândalos de corrupção, em Moçambique, estão ligados ao financiamento político ilícito, especificamente de campanhas eleitorais do partido no poder. Há evidências de que parte do dinheiro de subornos relacionados à contratação das dívidas ocultas foi usada para financiar a campanha eleitoral do partido Frelimo e do seu candidato presidencial, Filipe Jacinto Nyusi, em 2014. A antiga ministra do trabalho, Maria Helena Taipo, confessou que desviou dinheiro do erário público para financiar a campanha eleitoral do partido Frelimo e do seu candidato.

Na Zambézia, o partido Frelimo mandou cortar e exportar madeira ilegalmente para financiar a sua campanha eleitoral de 2014. Grandes empresas em Maputo, Nampula, Beira, importam mercadorias diversas com isenções aduaneiras concedidos ilicitamente pela Autoridade Tributária de Moçambique e usam parte do dinheiro que deviam pagar em impostos ao Estado para financiar o partido no poder.

Em época eleitoral, o poder político tende a aumentar o controlo e condicionar o trabalho das instituições do Estado, de órgãos de comunicação social e da sociedade civil. Em casos extremos, chega a haver assassinatos de activistas e observadores eleitorais, como se viu no caso de Anastácio Matavel morto por agentes da Polícia nas vésperas das eleições, uma situação que afectou negativamente a observação eleitoral na crítica província de Gaza.

O presente documento apresenta os 10 riscos mais relevantes a serem monitoradas em 2023, o ano que abre o ciclo eleitoral em Moçambique. Resultado de pesquisa documental, foi elaborado por uma equipa multidisciplinar de pesquisadores do Centro de Integridade Pública (CIP), entre economistas, juristas, cientistas políticos, especialistas em procurement público e jornalistas investigativos. O foco da análise está em áreas de finanças públicas, anticorrupção, contratação pública, descentralização, ilícitos e violência eleitoral e equilíbrio de género no contexto de eleições.

Espera-se que este documento, que o CIP vem elaborando no início de cada ano fiscal, seja usado pela sociedade civil, imprensa, parceiros de cooperação e cidadãos no geral como instrumento para a monitoria da governação (elaboração e implementação de políticas públicas) ao longo do ano.

1. Finanças Públicas: ano economicamente difícil com risco de manipulação de indicadores macroeconómicos para fins eleitoralistas

Se 2022 pode ser considerado histórico para a economia global, com níveis de inflação e taxas de juros elevados - os preços dos combustíveis atingiram máximos históricos tendo ultrapassado os 130 USD o barril, com efeitos directos em Moçambique, 2023 será herdeiro de várias oscilações macroeconómicas verificadas em 2022.

Altas taxas de inflação e de juros, crise energética e alimentar estimulada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia são factores que impediram que os países alcançassem as metas macroeconómicas previstas em 2022. Para 2022, o Banco Mundial fez revisão em baixa dos níveis de crescimento económico, tendo reduzido de 3% para 1,7%.

Moçambique prevê um nível de crescimento económico de 5%, depois de ter crescido 4,37% no primeiro semestre de 2022. Esta previsão tem como base a indústria extractiva, sector que é bastante dependente de choques externos.

Tendo em conta os factores mencionados e a previsão em baixa do crescimento económico mundial, associado ao facto de ser um ano eleitoral, pode-se considerar 2023 como um ano difícil. Espera-se seja um ano em que se reflectam as consequências das oscilações destas variáveis macroeconómicas e das medidas de política monetária, consequências a nível de emprego, tais como o aumento do desemprego, devido às taxas de juro elevadas.

O contexto eleitoral traz o risco do uso de recursos públicos para financiar campanhas ou simplesmente para uso individual dos dirigentes. É um período em que as políticas macroeconómicas podem ser manipuladas como forma de criar uma aparente competência do Governo e assim ganhar vantagens nas urnas.

1.1 Risco de manipulação das variáveis macroeconómicas em períodos eleitorais

As variáveis macroeconómicas, como a inflação, o desemprego, as receitas e as despesas, são altamente manipuláveis em períodos eleitorais. Os políticos e os executivos do Governo implementam medidas que se desviam do economicamente óptimo para alcançar o sucesso nas eleições. Nestes casos, manipulam variáveis de maior visibilidade para a sociedade com o único objectivo de estar aparentemente “bem visto” na sociedade e aumentar assim as possibilidades de reeleição.

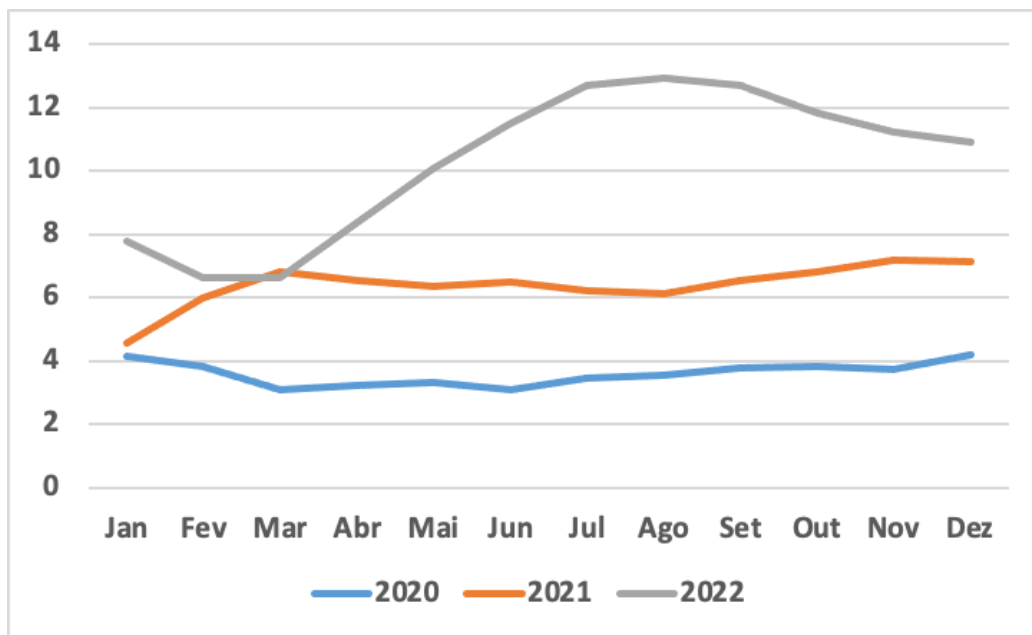
Os eleitores estão cada vez mais atentos e em busca de resultados fazendo com que os políticos não utilizem políticas que desagradam a população nas vésperas das eleições, como o aumento dos impostos, limitação de admissões, etc.

A variável emprego tem sido comumente usada em períodos eleitorais. Os níveis de desemprego podem ser crescentes ao longo do mandato, entretanto no final do mesmo, os políticos têm a tendência de reduzir o desemprego, pelo menos em números. Mesmo com a teoria a indicar que a redução do desemprego não está associada ao aumento da produção, poderá criar pressões inflacionárias a curto prazo.

1.2 Previsões da Inflação

O ano 2022 foi marcado pela elevada inflação tendo atingido um máximo de 12,96% em Agosto. O gráfico abaixo mostra os níveis de inflação dos anos 2020, 2021 e 2022 onde se pode observar que em 2022 a inflação ultrapassou a meta de 1 dígito.

Gráfico 1: inflação homologa de 2020, 2021 e 2022 (em %)



Fonte: INE. Inflação homologa 2020 a 2022

Para o ano 2023 espera-se um nível de inflação de cerca de 11,5%, valor acima do observado em 2022, 10,91%. Esta previsão vai ao encontro das previsões internacionais que indicam para 2023 uma tendência de agravamento do preço dos combustíveis e de bens alimentares.

Entretanto, a pressão fiscal de um ano eleitoral, das crescentes despesas com a Tabela Salarial Única e do Pacote de Aceleração Económica (PAE), que será implementado neste ano, sem deixar de mencionar os desastres naturais que assolam Moçambique regularmente, poderá restringir o crescimento económico e aumentar a inflação.

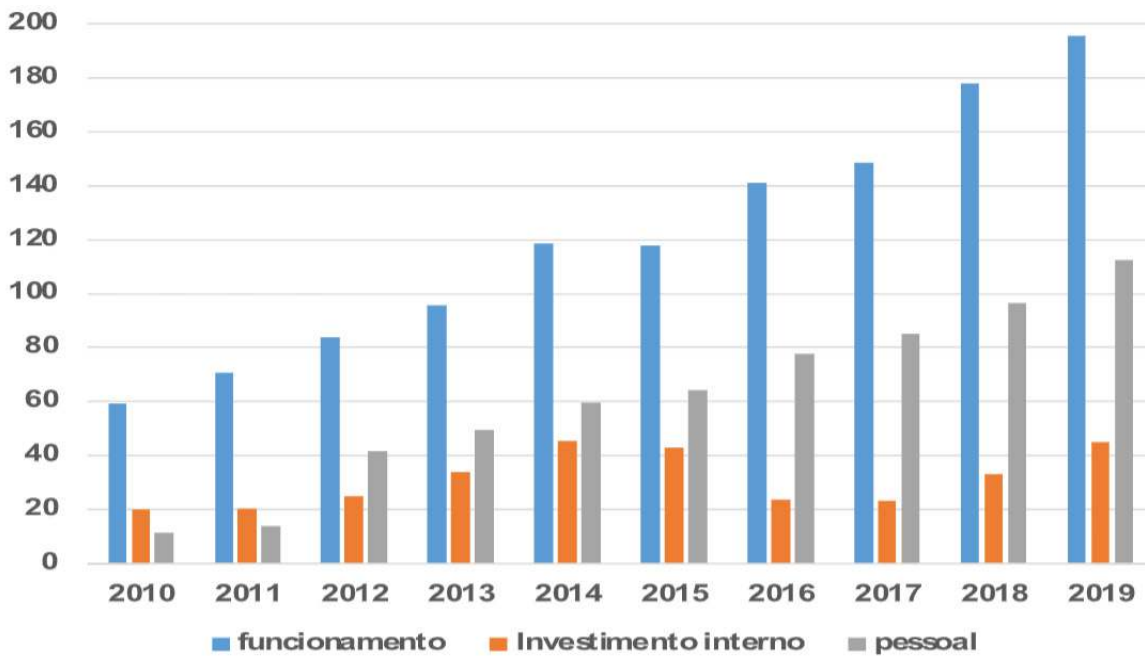
Contudo, se de um ano eleitoral, os fazedores das políticas públicas tudo farão para que a inflação esteja a níveis controlados como forma, aparente, de mostrar competência do governo do dia e por esta via melhores resultados eleitorais.

1.3 Aumento dos gastos públicos no período eleitoral

A pressão sobre o orçamento aumenta em período eleitoral, principalmente nas despesas com o pessoal. Analisando o período de 2010 a 2019, período que inclui dois processos eleitorais, pode-se observar que os níveis de despesas públicas, tanto de financiamento assim como de investimento, tendem a aumentar e estes aumentos são mais significativos nos anos eleitorais.

O gráfico 2 mostra a tendência crescente das despesas, tanto de funcionamento assim como de investimento interno, e as despesas com o pessoal.

Gráfico 2: Despesas de funcionamento, investimento e despesas com o pessoal 2010 a 2019 (em mil milhões de meticais)

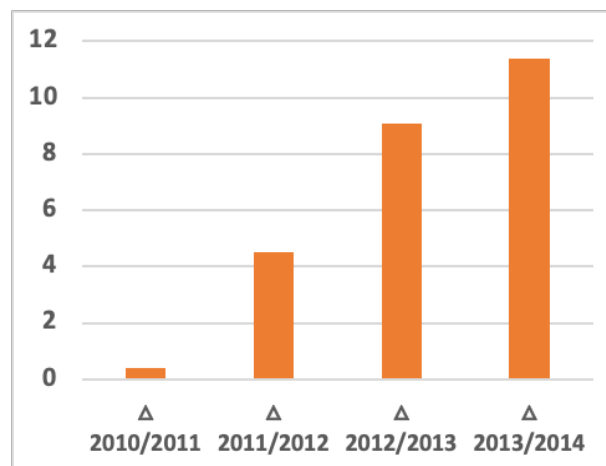
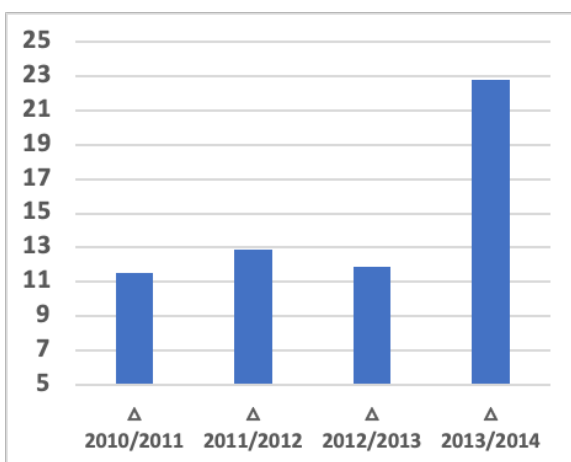


Fonte: RPCGE 2010 a 2019

As análises separadas em períodos mostram a tendência crescente das despesas em períodos eleitorais.

Para o período de 2010 a 2015 pode-se observar que a despesa de funcionamento, de investimento e as despesas com o pessoal aumentaram menos entre 2010 e mais nos anos de 2013 e 2014 (anos das eleições autárquicas e presidenciais, respectivamente).

De 2010 a 2011 a despesa de funcionamento aumentou em 11,5 mil milhões de meticais e de 2011 a 2012 as despesas aumentaram em 12,9 mil milhões de MT, um crescimento médio de cerca de 13%. Entretanto em 2014 as despesas de funcionamento aumentaram em 22,8%, conforme mostra o gráfico 3A. O investimento interno apresenta também a mesma tendência crescente com maior volume em 2014. De 2010 a 2011, o investimento interno aumentou 0,4 mil milhões de meticais. De 2011 a 2012 a despesa aumentou 4,5 mil milhões e de 2013 para 2014 a despesa aumentou mais do que o dobro dos anos anteriores, cerca de 11,4 mil milhões de MT. Conforme mostra o gráfico 3B



Fonte: RPCGE 2010 a 2014

As despesas de investimento financiadas por fontes internas aumentam significativamente nos períodos eleitorais. As despesas financiadas por fontes internas aumentaram de 32,9 mil milhões de MT, em 2018, para 44,7 mil milhões de MT, em 2019, cerca de 36%. Tendo em conta os níveis de crescimento dos períodos anteriores às eleições e mantendo o resto constante (*certeis Paribus*), pode-se aferir que em períodos eleitorais existe tendência do aumento nos gastos do Governo, principalmente na componente interna.

O Relatório e Parecer da Conta Geral de Estado (RPCGE - 2016), elaborada pelo tribunal administrativo (TA), indica que nos anos 2013 e 2014 a despesa cresceu 25,4 e 24,6% (dois anos de final de mandato) e em 2016 a despesa registou um decréscimo de 11,7%.

O mesmo documento mostra ainda que no quinquénio 2012 a 2016, o ano 2014 (ano eleitoral) foi no que mais despesas de capital se verificaram, tendo alcançado um peso de 72,8 % da despesa total de investimento. Em 2012 o peso foi de 60,7%.

A tabela 1 mostra o detalhe dos gastos públicos no período de 2015 a 2019. Pode-se verificar que tanto as despesas de funcionamento assim como as despesas de investimento aumentam acima da média nos anos anteriores, com a excepção do investimento externo como consequência dos cortes de financiamento de que o país foi alvo devido as dívidas ocultas.

Tabela 1: despesas de funcionamento, investimento e despesas com o pessoal no período de 2015 a 2019 (em mil milhões de MT)

Despesas	2015	2016	2017	2018	2019	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Funcionamento	117,8	141,1	148,7	178,2	195,8	23,3	7,6	29,5	17,6
Investimento Total	64,1	50,3	54,4	67,2	72,1	-13,8	4,1	12,8	4,9
Investimento interno	42,7	23,6	23,1	32,9	44,7	-19,1	-0,5	9,8	11,8
Investimento externo	21,4	26,6	31,3	34,2	27,3	5,2	4,7	2,9	-6,9
Pessoal	64,3	77,8	85,1	96,5	112,3	13,5	7,3	11,4	15,8

Fonte: RPCGE 2015 a 2019

1.4 Risco de atribuição de benefícios fiscais indevidos

A estrutura de recursos de Moçambique está focada principalmente nos impostos directos (IRPC e IRPS) e nos impostos indirectos (IVA, ICE), mostrando a dependência do país no sector empresarial e na massa assalariada. Este facto coloca em risco o alcance das metas quando não está criado um ambiente de negócios favorável.

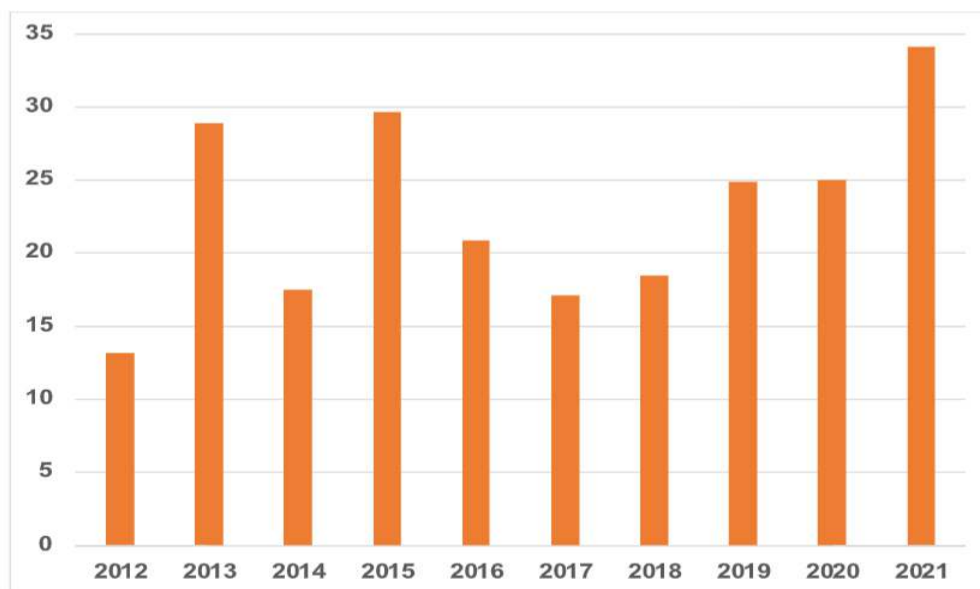
Sendo um ano eleitoral e pela dependência do Governo pelos recursos das empresas privadas, poder-se-á verificar uma pressão, a nível do Governo na cobrança de receitas. Entretanto, esta poderá focar-se em determinadas empresas que não estejam aliadas ao partido no poder sendo que as restantes, empresas aliadas, poderão beneficiar de isenções e de favoritismos que implicam o pagamento de menos impostos.

Para que tal não ocorra é necessário que haja, em 2023, reforço da auditoria por parte do Tribunal Administrativo e da Inspeção Geral de Finanças, de modo a identificar as empresas que se beneficiam de isenções e benefícios fiscais, analisando a legalidade para a obtenção destes benefícios.

Casos recentes de fuga ao fisco, por via das isenções fiscais, mostram que o país tem sido lesado em milhões de meticais de receitas. Mostra-se a necessidade urgente de elevar a discussão relativa à questão das isenções fiscais a todos os níveis, desde os benefícios fiscais atribuídos às empresas exploradoras de recursos naturais, isenções fiscais atribuídas às empresas privadas, aos funcionários públicos, deputados da Assembleia da República, partidos políticos, entre outros.

O gráfico 4 abaixo mostra os benefícios fiscais totais concedidos no período de 2012 a 2021. Pode-se verificar que em 9 anos os benefícios fiscais triplicaram passando de 13,2 mil milhões de MT para 34,1 mil milhões de MT.

Gráfico 4: Benefícios Fiscais 2012 a 2021



Fonte: RPCGE 2015 a 2019

A tabela 2 abaixo mostra o detalhe dos benefícios fiscais. Pode-se observar que nos anos eleitorais os benefícios fiscais crescem muito mais do que os dos anos anteriores. A isenção do IVA nas importações é o exemplo. Em 2017 o estado concedeu isenções de 6 mil milhões de MT e em 2019 as isenções aumentaram para 12,7 mil milhões. O mesmo se pode observar para o imposto sobre o consumo. Em 2017 a isenção era de 0,4 mil milhões e em 2019 as isenções mais que triplicaram, tendo passado para 1,9 mil milhões.

Tabela 2: benefícios fiscais de 2012 a 2019 (em mil milhões de MT)

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Direitos aduaneiros	2,4	3,9	3,5	6,4	4,7	3,5	4,4	5,6
Imposto sobre consumo específico - produtos importados	0,07	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	1,9
IVA na importação	6	9,4	9,4	17,1	10,8	6	7,6	12,7

Fonte: RPCGE 2021 e 2014

1.5 Necessidade de maior Transparência Orçamental

Moçambique tem sido referenciado internacionalmente como um país com níveis de transparência orçamental insuficientes. A dificuldade para a obtenção de informação, a falta de mecanismos de maior participação e fiscalização do orçamento pela população fazem com que o país tenha pontuações baixas na pesquisa sobre o orçamento aberto (Open Budget Suvery - OBS), realizada desde 2006.

A pesquisa mostrou, no ano 2021, que o Governo não estava a gerir de forma eficiente e transparente o pacote fiscal para fazer face à pandemia da Covid 19¹, facto posteriormente confirmado pelo Tribunal Administrativo. Em 2022, os índices de transparência orçamental mostram que Moçambique continua com níveis abaixo do desejável².

Sendo 2023 um ano eleitoral, em que os políticos e servidores públicos tudo farão para garantir a sua reeleição, é comum que os níveis de transparência orçamental sejam mais baixos. O Governo tem a tendência de dificultar o acesso à informação, tornando-se necessário que a sociedade seja mais vigilante, activa e exigente para que a assimetria de informação³ entre o Executivo e a população seja reduzida

Os gestores públicos são os detentores da informação em termos de execução do orçamento. Estes devem partilha-la para que a população possa ter acesso à forma como foi gasto o dinheiro público. Entretanto, dada a assimetria de informação existente entre o Governo e a população, esta não tendo conhecimento dos reais gastos do Governo, torna-se mais difícil a advocacia.

A manipulação de informação e as publicações tardias dos documentos orçamentais fazem com que a população não tenha acesso a mesma e não tenha conhecimento das acções do Governo, limitando, dessa forma, a análise do leitor para posterior escolha nas urnas.

Recomenda-se à Assembleia da República a criar uma proposta de lei de responsabilidade fiscal em que os gestores públicos são vedados de aumentar as despesas e a dívida pública em períodos eleitorais, prejudicando governos futuros e a economia.

2. Sector Empresarial do Estado: Risco de Uso do Património das Empresas Públicas para Financiar Campanha Eleitoral

O ciclo eleitoral pode interferir na performance financeira e operacional das empresas públicas, derivado da possibilidade do partido político no poder exercer pressão sobre os gestores destas para o seu financiamento, incluindo a campanha eleitoral. Estudos de Harymawan *et al.* (2020)⁴, sobre “*eleições presidências e seu efeito na performance do Sector Empresarial do Estado na Indonésia*”, demonstram que as empresas do Estado tendem a registar uma degradação no desempenho financeiro em períodos pré-eleitorais e revela que a composição do corpo directivo destas empresas é mais política do que profissional. Este é o caso também em Moçambique.

A nomeação de dirigentes de empresas públicas, baseada em confiança política, permite facilitar o uso destas empresas para fins políticos, incluindo o financiamento à campanha eleitoral. Em Moçambique, segundo o nº 4 do artigo 19 da Lei nº 7/91, de 23 de Janeiro, que estabelece o quadro jurídico para a formação e actividade dos partidos políticos, determina que “*está vedado aos órgãos do Estado, às pessoas de direito público e às pessoas colectivas de direito privado e utilidade pública financiar ou subsidiar os partidos políticos, com excepção das verbas inscritas no orçamento Geral do Estado para esse efeito.*”

A vedação directa das entidades anunciadas na Lei, que inclui as empresas públicas, visa, essencialmente, reduzir o risco das doações com contrapartidas.

Segundo Ufen *et al.* (2015)⁵, as doações das empresas públicas podem ser voluntárias ou não. As doações não voluntárias são originadas de pressões dos partidos, geralmente do partido no poder. Nestes casos, a direcção da empresa possui poucas chances de recusar pedidos de apoio dessa natureza. Em Moçambique são comuns casos destes, sendo o mais conhecido o dos Aeroportos de Moçambique em que o Presidente de Conselho da Administração da Empresa desviou fundos para financiar actividades políticas do partido Frelimo, segundo foi provado em tribunal⁶.

No entanto, estes factos são difíceis de ser detectados. Apesar de influenciarem nos resultados, podem estar mesclados com o fraco desempenho operacional e financeiro da empresa. Este facto é agravado nos países em que há fraco nível de auditoria das contas das empresas públicas incluindo a sua publicação, como é o caso em Moçambique.

Para o caso de doações voluntárias, os autores argumentam que apesar de algumas doações de empresas públicas serem voluntárias, motivadas por um sentimento de dever público por parte da empresa, elas podem, também, implicar expectativas de assistência no futuro, o que pode gerar conflito de interesses, parcialidade em funções públicas e corrupção.

Portanto, apesar de a lei vedar o financiamento, o controlo do Governo pelo partido no poder é susceptível de gerar pressões para que as empresas públicas possam financiar ou disponibilizar parte do seu património para financiar a campanha deste e desta forma influenciar os resultados eleitorais. Este tipo de risco, apesar de teoricamente mostrar-se de alta probabilidade, é de difícil monitoria devido ao difícil acesso às informações financeiras das empresas públicas, viciação de informação contabilística, entre outros factores.

3. Indústria Extractiva: risco de desvio de receitas do sector extractivo para financiar eleições

O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2023 prevê que o sector da indústria extractiva lidere o crescimento do PIB, com uma taxa de crescimento de 23,1%, que terá como suporte o aumento da produção de rubis, carvão, areias pesadas (ilmenite, zircão e rutilo), gás natural (com início das exportações do Projecto Coral Sul) e de materiais de construção.

No entanto, estas previsões parece terem ignorado alguns riscos associados a este sector, nomeadamente as alterações na taxa de câmbio, nos preços globais do gás e nos níveis de produção devido a vários factores que não são do domínio do Governo. Adicionalmente, por tratar-se de um ano eleitoral, existe o risco de desvio das receitas do sector para o financiamento de agendas eleitorais de 2023 e 2024, como já aconteceu nas eleições de 2019 com o dinheiro das mais-valias⁷.

Apesar de esperar-se que em 2023 o aumento da procura de gás natural liquefeito eleve o crescimento em Moçambique⁸, as incertezas em relação à dinâmica dos preços dos produtos energéticos representam um risco alto para o alcance do crescimento projetado pelo Governo, estimado em 23,1%.

A classificação do risco do alcance desta meta como alto, prende-se às previsões para 2023 que apontam que os preços médios dos produtos extrativos, com destaque para o gás natural liquefeito (GNL), podem manter-se relativamente altos em relação aos preços da última década, mas relativamente inferiores aos verificados em 2022⁹.

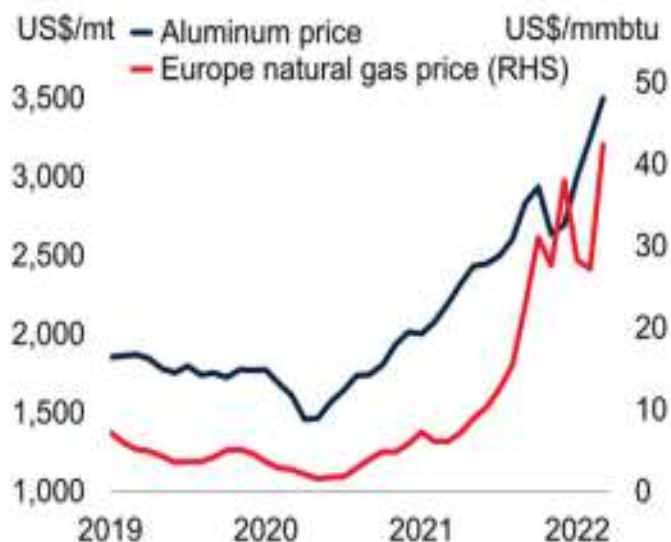
Gráfico 5: Previsão do preço do gás natural para 2023 (USD)



Fonte: World Bank. 2023

As projecções feitas pelo Governo, apesar de seguirem esta tendência, basearam-se em dados mais antigos (projecções feitas em Abril de 2022) e mais optimistas em relação às revisões feitas em Janeiro de 2023¹⁰. Neste sentido, há necessidade de olhar, com cautela, para as projecções do Governo no PESOE 2023. ver gráfico 6.

Gráfico 6: Preço do gás natural (previsão de abril de 2022)

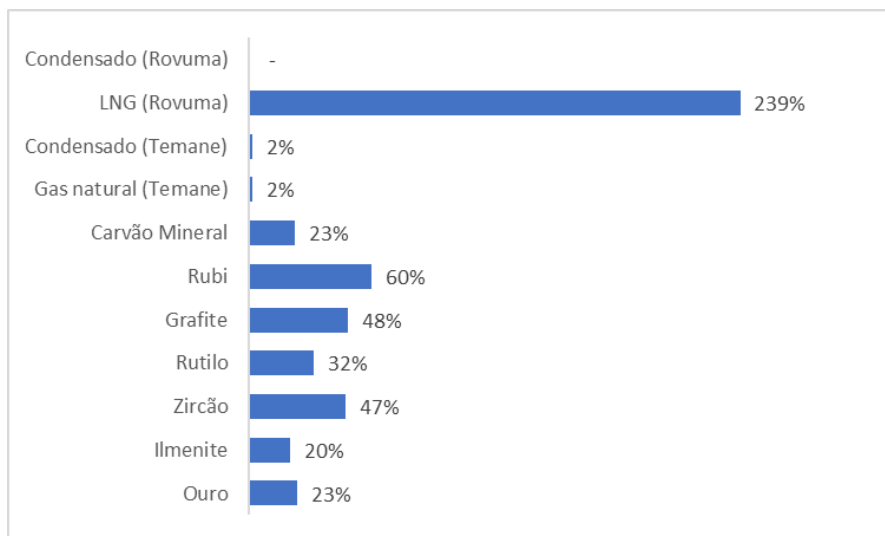


Fonte: World Bank. Abril de 2022

3.1 Restrições no financiamento e desastres naturais podem afectar a produção do sector

A recuperação económica gradual que se verificou em 2022, com o mercado internacional a abrir-se um pouco mais ao comércio de recursos minerais após a fase mais crítica da pandemia da Covid-19, e os passos dados pelas empresas na área mineira, que retornaram também de forma gradual o seu ritmo de produção, motivaram o Governo a fazer previsões em alta da produção dos produtos extractivos com grande peso na estrutura global das receitas do Estado, nomeadamente o gás, o ouro, as areias pesadas (ilmenite, zircão e rutilo), a grafite, o rubi e o carvão mineral. Conforme se pode ver pelo gráfico 7, o gás da bacia de Rovuma, projecto Coral Sul, irá apresentar o maior crescimento com 239%, seguido do rubi, que irá apresentar um crescimento de 60%, e do grafite, com 48%. O gás de Temane irá apresentar o menor crescimento, de apenas 2%. A previsão do crescimento do gás de Rovuma não inclui a produção do gás condensado que não havia sido previsto no PESOE 2022, mas para 2023 já existem dados da previsão de produção deste gás, cerca de 979.915 baris (BBL).

Gráfico 7: Crescimento da produção dos produtos extractivos com maior peso nas receitas do Estado em 2023 (%)



Fonte: PESOE 2022 e 2023

No entanto, considerando que a produção do sector extractivo pode ser afectada: *i)* pela disponibilidade e pelos custos de financiamento; *ii)* pela instabilidade político-militar da região em que o investimento está a ser feito; e *iii)* pelos riscos operacionais gerais; pode-se, com base na conjuntura actual, dizer que existe um alto risco da produção do sector de 2023 ser afectada e desse modo afectar o nível de receitas previsto.

- i. **Disponibilidade e custos de financiamento** – as tendências inflacionárias que se verificam a nível mundial, têm levado os governos a adotar políticas monetárias mais restritivas e este facto irá reduzir a disponibilidade e aumentar o custo de financiamento, cujos efeitos podem se reflectir na produção¹¹. Vale recordar que a produção até pode ocorrer, mas as receitas previstas podem vir mais tarde em relação à previsão inicial.
- ii. **Instabilidade política da região onde ocorre o investimento** – a instabilidade na província de Cabo Delgado já se mostrou que é um risco que não deve ser ignorado na previsão da produção deste sector. Em 2022, projectos de exploração de rubis e grafite foram forçadas a suspender actividades devido à expansão da guerra para a região sul da província¹², o que afectou a produção prevista. Neste sentido, apesar dos avanços reportados pelas entidades públicas em relação à situação de segurança na região, enquanto persistir a insurgência, o Governo deve fazer as suas projecções com certa cautela, principalmente para os projectos localizados nas zonas de eminente conflito.
- iii. **Riscos operacionais gerais** – O Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) alertou que o país poderá ser assolado pela ocorrência de até dez ciclones, dos quais cinco podem causar consequências devastadoras. Dado que grande parte das empresas mineradoras operam em locais vulneráveis a efeitos climáticos, os ciclones podem afectar negativamente o nível de produção.

3.2 Falta transparência dos dados disponibilizados publicamente

O PESOE 2023 indica que o Estado poderá arrecadar de receitas em 2023, o montante de 357.063,8 milhões de MT. Deste montante, 1.250,2 milhões de MT, cerca de 0,4% da receita do Estado, são receitas provenientes do gás natural da área 4 da Bacia do Rovuma. Ora, em todo o documento do PESOE, apesar da existência de um capítulo específico que aborda o sector extractivo, não se faz referência ao valor das receitas globais do sector, focando-se apenas no valor de um projecto específico.

A recorrente falta de disponibilização, a prior, dos dados das receitas que se prevê arrecadar para todo o sector, para além de violar princípios de transparência que devem caracterizar este sector, levantam graves suspeitas sobre os reais valores posteriormente declarados como sendo das receitas do sector.

O Governo aprovou a proposta de lei para a criação de um Fundo Soberano que será financiado por receitas provenientes deste sector. Neste sentido, informações sobre as receitas previstas são de extrema importância. Tratando-se de um ano eleitoral, essa falta de transparência pode levar a que os valores não declarados publicamente sejam usados para fins eleitorais.

Ademais, os dados da previsão da produção referentes a 2022, inscritos no PESOE 2022, e os apresentados no PESOE 2023 diferem significativamente, levantando a dúvida sobre a credibilidade da informação disponibilizada publicamente sobre o sector. Veja a tabela abaixo sobre os dados referente aos produtos extractivos com grande peso na estrutura global das receitas do Estado.

A menos que tenha havido um PESOE rectificativo em 2022, os dados deveriam ser os mesmos. Este exemplo evidencia o risco alto da falta de credibilidade da informação disponibilizada que pode levar à manipulação de dados da produção e da receita para fins alheios aos aprovados nos documentos orçamentais.

Tabela 3: Dados de produção de produtos extrativos referentes a 2022

Designação	Unidade	Dados de 2022 (PESOE 2022)	Dados de 2022 (PESOE 2023)	Diferença (2023-2022)
Ouro (Kg)	Kg	705,00	1.087,40	382,40
Ilmenite (Ton)	Ton	2.120.000,00	2.170.462,00	50.462,00
Zircão (Ton)	Ton	130.000,00	123.018,00	(6.982,00)
Rutilo (Ton)	Ton	9.000,00	8.080,00	(920,00)
Grafite (Ton)	Ton	160.000,00	182.024,00	22.024,00
Rubi (Cts)	Cts	6.630.000,00	4.411.374,40	(2.218.625,60)
Carvão Mineral (Ton)	Ton	12.274.536,00	13.245.848,00	971.312,00
Gas natural (Temane)	Gj	180.056.625,00	177.248.565,70	(2.808.059,30)
Condensado (Temane)	bbl	645.085,00	265.413,70	(379.671,30)
LNG (Rovuma)	mscf	56.000,00	-	(56.000,00)
Condensado (Rovuma)	bbl	-	-	-

Fonte: PESOE 2022 e PESOE 2023

3.3 Unidade de Gestão do Processo Kimberley (UGPK) risco de constituir “saco azul”

Um dos pressupostos para o crescimento do sector extractivo apontado pelo Governo, relaciona-se com a operacionalização da Unidade de Gestão do Processo Kimberley (UGPK), cujos procedimentos técnicos de rastreio da produção e da comercialização de metais preciosos e gemas irão permitir aferir a real produção e a recuperação de dados não declarados e que, em 2023, será intensificada a actividade de rastreio para a maximização da colecta de dados de produção por parte das empresas e por parte da mineração artesanal.

A previsão da contribuição da operacionalização da UGPK no crescimento do sector apresenta um risco alto. Espera-se de facto que a operacionalização da UGPK contribua significativamente para o encaixe de mais receitas para o Estado, provenientes da exploração de metais preciosos e gemas na mineração industrial e artesanal. No entanto, o sucesso deste processo está dependente, em parte, da existência de um sector artesanal organizado e registado no cadastro mineiro, o que vai facilitar o trabalho de rastreio por parte da UGPK.

No entanto, desde que o primeiro censo de mineradores artesanais foi lançado, em Agosto de 2021, até a data não é conhecido publicamente nenhum resultado deste censo, apesar de ter sido avançado na altura que a primeira fase seria concluída em Novembro do mesmo ano¹³.

Outro facto prende-se à velocidade da operacionalização da UGPK que parece ser de camaleão. Desde a sua criação, em Novembro de 2015, e passados mais de 7 anos, não há no seu site de internet¹⁴ nenhum relatório das suas actividades que possam dar algum indicativo sobre que melhorias a sua criação trouxe para o sector. Estes factos levantam problemas de transparência no funcionamento desta instituição.

Ora, se a UGPK não publica relatórios que devam ser públicos sobre a sua actuação, há um risco elevando de que actos de corrupção e más praticas ocorram, agravado pelo facto de tratar-se de um ano eleitoral, cujos apetites pela maximização dos ganhos são maiores devido às incertezas em relação aos próximos ciclos governamentais.

4. Risco de aumento de casos de corrupção para financiar actividades eleitoral

A Frelimo realizou em 2022 o seu XII congresso. Do referido congresso, a eleição de Amélia Muendane, presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) para a Comissão Política da Frelimo foi vista como configurando conflito de interesses, embora legalmente e de forma directa nada obstasse para que ela fosse eleita para o cargo.

A eleição da presidente da AT para um órgão partidário deve ser vista na vertente de que a mesma dirige a entidade responsável pela colecta de impostos no país, o que é eticamente reprovável. Segundo o jornal A Carta “já era notável a sua tendência de ignorar os ministros da tutela tratando directamente com o Presidente Filipe Nyusi, por ter sido alegadamente crucial na gestão da primeira eleição presidencial do actual timoneiro¹⁵”.

Esta situação demonstra que é necessário separar o exercício de funções públicas das de natureza político-partidária e, principalmente, quando o exercício de uma e outra cabem à mesma pessoa. No caso concreto de Amélia Muendane, levantam-se suspeitas de a mesma poder agir contra o erário e daí retirar dividendos a favor do partido político do qual é representante, sobretudo quando o exercício em simultâneo de funções públicas e privadas acontece em ano eleitoral.

Neste caso, a possibilidade de Muendane facilitar o saque de dinheiros públicos para fins eleitorais mostra-se como uma possibilidade preocupante e com um potencial de se materializar/concretizar. Portanto, situações como de Amélia Muendane deviam merecer regulamentação própria de modo a evitar ou dissipar dúvidas sobre a sua conduta.

No caso de Constantino Bacela, o jornal a Verdade descreve-o como “empresário do regime”, sendo alguém que nos últimos anos tem ganho grande parte dos concursos de fornecimento de bens e serviços ao Estado¹⁶. Ou seja, Constantino Bacela pode ser usado como ponta-de-lança para financiar o partido no poder através de concursos públicos adjudicados directamente às empresas que este representa.

O jornal a Carta refere que “o facto de Bacela acumular a função de Ministro na Presidência a par do seu continuado envolvimento em negócios onde o Estado (...) levanta tremendas questões de probidade (...). E seu cartão de membro do comité central é um salvo conduto nas suas passeatas pelas UGEAS deste país¹⁷”. Ou seja, através de Bacela, dinheiro público poderá ser retirado, através de concursos públicos forjados para o efeito, financiando, por conseguinte, a campanha eleitoral do partido no poder.

Estas duas figuras acima descritas servem para ilustrar que já no passado houve a confissão de Maria Helena Taipo, antiga ministra do pelouro do trabalho e segurança social, e de Diodino Cambaza, antigo presidente do Conselho de Administração da empresa pública Aeroportos de Moçambique, que declararam às autoridades judiciais que haviam desviado dinheiro público para financiar o partido no poder

Um estudo realizado pelo CIP e pelo Chr. Michelsen Institute (CMI), em 2016, e adoptado pelo Governo de Moçambique, apurou que o preço da corrupção em Moçambique, no período de 2005 a 2015, foi de cerca de 4,9 biliões de dólares norte-americanos, o equivalente a cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2014 e 60% do Orçamento do Estado para 2015. O estudo concluiu que o peso causado pela corrupção é nefasto para o Orçamento de Estado, para a economia, para os negócios e para o desenvolvimento e bem-estar socioeconómico (CIP, 2016)¹⁸.

Para além de enriquecer de forma ilícita a elite político-empresarial que controla o Estado, o dinheiro da corrupção é usado para financiar as campanhas eleitorais do Partido Frelimo e dos seus candidatos. Isso ocorre num contexto em que o Estado financia as campanhas eleitorais das formações políticas concorrentes, quer através da transferência de fundos do Orçamento do Estado para os partidos, coligações de partidos ou grupos de cidadãos proponentes – o chamado financiamento público directo; quer através do pagamento de “tempo de antena” para as formações políticas, nos órgãos públicos de comunicação social, para efeitos de propaganda, e pela isenção de encargos fiscais na importação de materiais para campanha – o chamado financiamento público indirecto.

O financiamento público às campanhas eleitorais das formações políticas concorrentes fundamenta-se em dois argumentos: o primeiro, ligado ao combate à corrupção, assenta na ideia de que ao financiar a campanha das formações políticas, o Estado estaria a torná-las autónomas financeiramente evitando, assim, que estas sejam capturadas pelos interesses económicos que as financiam; o segundo argumento assenta na ideia de que o financiamento público diminuiria a influência desproporcional dos interesses económicos sobre a competição eleitoral, criando assim condições mais igualitárias para os partidos na disputa eleitoral¹⁹.

Ainda assim, casos de desvio de fundos públicos para financiar campanhas eleitorais do Partido Frelimo têm sido recorrentes. Por exemplo, o actual Presidente da República, Filipe Nyusi, foi citado como tendo recebido, no âmbito das dívidas ocultas, um suborno no valor de milhão de dólares em Maio de 2014 para financiar a sua corrida à Presidência da República. Esta revelação foi feita por Jean Boustani, gestor sénior da Privinvest, durante o julgamento que decorreu em Novembro de 2019 nos Estados Unidos de América²⁰.

Num documento que Iskandar Safa, proprietário da Privinvest, submeteu ao Tribunal Superior de Londres, onde o Estado moçambicano iniciou um processo judicial para tentar anular o pagamento das dívidas ocultas, ele afirma que, a pedido de Armando Guebuza, na época Presidente da República, a Privinvest desembolsou cerca de 10 milhões de dólares americanos para cobrir os custos da campanha do Partido Frelimo e do seu candidato presidencial Filipe Nyusi²¹.

Ainda em 2014, parte do dinheiro desviado do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) foi usado para financiar a campanha eleitoral do Partido Frelimo. A revelação foi feita pela própria antiga ministra do Trabalho, Maria Helena Taipo, quando era alvo de investigação de corrupção por ter facilitado contratos entre empresas privadas e o INSS, instituição por si tutelada²². Em sua defesa, a antiga ministra do Trabalho disse que na qualidade de chefe da brigada central da Frelimo de assistência à província de Nampula, tinha (a obrigação) de mobilizar fundos para apoiar a campanha eleitoral do Partido Frelimo e do seu candidato presidencial Filipe Nyusi.

No julgamento do caso de corrupção na empresa pública Aeroportos de Moçambique (ADM), também foi revelado que parte dos 54 milhões de dólares americanos desviados pelo então presidente do Conselho de Administração (PCA), Diodino Cambaza, foi usado para financiar actividades do Partido Frelimo. Aliás, Arlindo Chilundo, à data dos factos director da Escola Central do Partido Frelimo, confirmou a recepção de equipamentos avaliados em sete milhões de meticais, doados pelo então PCA da ADM²³.

Os casos aqui relatados revelam que o risco de desvio de fundos do Estado para financiar a campanha eleitoral e interesses privados de dirigentes do Estado é muito alto. Por isso, o CIP apela o seguinte às entidades públicas relevantes, nomeadamente:

Ao **Ministério Público e ao Tribunal Administrativo**- investigarem todas as suspeitas de desvio de fundos em períodos eleitorais e a reforçarem a aplicação das políticas de combate à corrupção.

A **Assembleia da República** - deve aprovar uma lei que regule o financiamento aos Partidos Políticos, clarificando as entidades que podem fazer doações e limitando os montantes a serem doados; a criação de uma lei específica que proíba aos gestores de instituições públicas responsáveis pela arrecadação e gestão de receitas do Estado de integrarem órgãos partidários, por serem susceptíveis de incorrer em situações de incompatibilidade, conflito de interesse e matérias de violação de princípios éticos;

Os **Partidos Políticos** devem ser obrigados a publicar todas as doações que recebem, sob pena de serem responsabilizados judicialmente;

As **organizações da sociedade civil e a imprensa** devem continuar a fiscalizar e a divulgar casos de corrupção para financiamento eleitoral, bem como acções de advocacia para a transparência do financiamento eleitoral.

5. Procurement Público: riscos de manipulação da contratação pública para financiamento político ilícito

O *procurement* público possui um papel importante na gestão das finanças públicas. Pelo menos 33% da despesa pública do país, equivalente a 10% do PIB, destina-se à aquisição de bens e de serviços e à contratação de empreitada de obras públicas²⁴. No entanto, o *procurement* figura entre as áreas altamente expostas a riscos de corrupção²⁵.

O contexto de eleições como as que se avizinham exacerba os riscos de corrupção no *procurement* público. A experiência de processos eleitorais anteriores mostra que para a viabilização da sua propaganda eleitoral, os partidos recorrem a formas ilícitas de financiamento, de entre as quais a corrupção²⁶. Geralmente, actores político-administrativos, nomeados por confiança política, usam da sua “posição na estrutura administrativa” para extrair recursos públicos para financiar actividades partidárias²⁷.

Uma das formas através da qual se desviam recursos públicos para financiamento político é a manipulação da contratação pública, seja favorecendo empresas a si associadas, seja sobrefacturando o valor da adjudicação para posterior recebimento de comissões²⁸.

A sobrefacturação na contratação pública é uma das formas sofisticadas pelas quais se desviam recursos públicos para financiamento de campanhas eleitorais, sendo exemplos vivos os casos recentes do INSS e das Dívidas Ocultas.

Estes exemplos mostram, não só que dinheiro proveniente de corrupção na contratação pública é usado para financiar campanhas eleitorais, como também que o fenómeno é uma tendência em Moçambique. Por essa razão, em contexto de eleições, como as que se avizinham, o *procurement* público merece atenção especial tendo em conta os eminentes riscos de corrupção.

5.1 Risco de corrupção no procurement municipal

Os riscos de corrupção na contratação pública para financiamento de campanha eleitoral estendem-se às autarquias locais. O elevado número de casos de corrupção na contratação pública envolvendo autoridades municipais em véspera de eleições autárquicas chama atenção²⁹. Por exemplo, em 2018, ano em que se realizaram as últimas eleições autárquicas, sete presidentes municipais foram acusados de corrupção.

Os casos incluíam desde sobrefacturação a subornos na contratação pública³⁰. Recentemente, autoridades municipais em Nampula foram julgadas por suspeitas de actos de corrupção - incluindo violação das regras de *procurement* público - cometidos à porta das eleições autárquicas de 2018. Em Outubro de 2022, há escassos meses para a realização das eleições autárquicas, gestores da autarquia de Pemba foram colocados sob investigação por suspeita de corrupção na contratação de empreitada de obras públicas³¹.

Em contexto de eleições autárquicas em que o Estado não aloca verba pública aos partidos e candidatos para o financiamento da sua campanha eleitoral, como acontece nas eleições gerais, os riscos de as autoridades municipais recorrer à corrupção para financiamento de actividades partidárias são relativamente altos. Os exemplos acima são prova inequívoca desta tendência.

Nas eleições de 2023 os riscos de corrupção no *procurement* municipal poderão ser relativamente altos. O aumento do número de autarquias para 65 não só vai acirrar a competição entre os partidos, como também poderá exercer pressão sobre as contas dos partidos e ao mesmo tempo exacerbar os riscos de corrupção no *procurement* municipal para financiamento das suas acções de propaganda eleitoral.

Geralmente, os casos de corrupção no *procurement* público das autarquias tem beneficiado de pouca atenção por parte da imprensa e da sociedade civil - seja pelo volume de dinheiro envolvido, seja pela relevância política dos actores implicados. No entanto, tanto a nível central como a nível da governação local a corrupção na contratação pública prejudica as finanças públicas e a prestação do serviço público aos cidadãos.

6. Insurgência em Cabo Delgado: risco de aumento de ataques em contexto eleitoral

A realização de eleições locais (autárquicas) pode servir de motivação extra para os insurgentes que actuam há seis anos em Cabo Delgado, aumentarem os ataques na província direccionados a alvos políticos. Em Cabo Delgado haverá eleições em cinco municípios, nomeadamente Pemba, Chiúre, Montepuez, Mueda e Mocímboa da Praia. Os locais em maior risco de sofrer mais ataques terroristas em contexto eleitoral são Mocímboa da Praia, Mueda e, em grau relativamente menor, Montepuez e Chiúre.

Os insurgentes mostram oposição ao Estado secular, advogando a instituição de um governo baseado na *sharia* – a Lei islâmica³². A realização de eleições para a designação de dirigentes locais poderá servir de motivação extra aos insurgentes para realizar ataques localizados em Cabo Delgado a alvos políticos.

No ciclo eleitoral 2018/19, os insurgentes realizaram vários ataques direccionados contra postos de recenseamento eleitoral e em aldeias e vilas que eram visitadas por políticos para a campanha eleitoral, principalmente do partido no poder. Em alguns casos, os ataques obrigaram ao encerramento de brigadas de recenseamento eleitoral e outros postos foram vandalizados deliberadamente³³.

Nas eleições deste ano, há risco de serem realizados mais ataques direccionados a alvos políticos, o que iria ter um impacto duplo: i) de ampliar a propaganda do Estado Islâmico para uma audiência internacional atenta para acompanhar o processo eleitoral, ii) desencorajar as pessoas a participar do processo eleitoral por motivos de segurança.

Para evitar que este risco se concretize, o Estado deve reforçar a segurança: desde a inteligência para recolher informação que possibilitem prever e prevenir ataques até ao aumento da prontidão das Forças de Defesa para responder, repelindo, atempadamente eventuais ataques.

7. Risco de ocorrência de ilícitos e violência eleitoral

As eleições em Moçambique são marcadas por ocorrência de violência eleitoral antes, durante e depois das eleições. A violência eleitoral deve ser entendida na perspectiva de Laakso (2007) como uma actividade motivada pela tentativa de afectar os resultados das eleições – manipulando os procedimentos e a participação eleitoral, ou contestando a legitimidade dos resultados. Ela manifesta-se através da intimidação de eleitores e de candidatos, de assassinatos, de ataques contra as suas propriedades, do deslocamento forçado, de detenções ilegais e de tumultos³⁴.

Na fase pré-eleitoral, as principais violações ocorrem durante o recenseamento eleitoral. O partido no poder procura reforçar o controlo dos órgãos de administração eleitoral com vista à introdução de eleitores fantasmas, fundamentais para a manipulação dos resultados eleitorais durante o período de votação. O recenseamento eleitoral em Gaza, em 2019, foi exemplo disso. Foram registados mais 300 mil eleitores fantasmas. Os distritos de Chókwe, Chibuto, Limpopo e Chongoene viram o número de eleitores crescer em 160%, 110% e 100%, respectivamente, de 2014 a 2019,³⁵.

A manipulação dos números de eleitores e a pressão das Organizações da Sociedade Civil para uma maior monitoria das eleições terá sido uma das razões do assassinato de Anastácio Matavele, em Outubro de 2019, em Xai-Xai. Anastácio Matavele foi assassinado há uma semana das eleições, quando se estavam a capacitar os observadores eleitorais.

Para limitar maior acesso aos observadores independentes, os órgãos de administração eleitoral retardaram o processo da sua credenciação. Muitas organizações da sociedade civil em Gaza, por exemplo, tiveram os seus observadores excluídos do processo eleitoral por lhes terem sido negadas credenciais.

No STAE provincial de Gaza foram alegadas frequentes avarias de máquinas o que levou várias organizações a permanecerem no local por vários dias. Todos os dias eram credenciados observadores eleitorais de organizações ligadas ao partido Frelimo, como por exemplo a Organização Nacional dos Professores, a Associação dos Naturais e Amigos de Chibuto – AMUC (de Edson Macuácuca e Eliseu Machava), Muchefa (do presidente do Município de Manjacaze), Associação dos Transportadores da Rodoviários de Gaza (*ASTROGAZA*), OJM, CPJ, ONP, entre outras. Em algum momento, a credenciação foi interrompida por suposta avaria e as máquinas recolhidas e levada para a reparação. À medida que a data limite de credenciação se aproximava, mais problemas foram tendo os computadores.

Foram, no total, 820 observadores da sociedade civil, nacionais e internacionais, não credenciados. Ou seja, nem sequer foram credenciados metade de observadores independentes.

O relatório preliminar da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia refere que grupos desconhecidos de observadores obtiveram acreditação nos dias imediatamente antes das eleições, em todo o país. O seu número cresceu rapidamente de 10 mil para 42 mil, sem que a sua filiação fosse conhecida³⁶.

A violência eleitoral começa na fase de recenseamento eleitoral com a manipulação do número de eleitorais. Não há evidências de que algum trabalho tenha sido feito para evitar que situações idênticas não se repitam nas eleições autárquicas deste ano. Pelo contrário, a governação municipal, sobretudo nos municípios sob gestão da Frelimo, tem sido bastante contestada. As cidades de Maputo e de Matola são exemplo dessa contestação, o que pode indiciar uma maior competição política e, conseqüentemente, um aumento de violência eleitoral.

A violência física tem sido marca distintiva das eleições nacionais, durante a campanha eleitoral. Os desequilíbrios entre a oposição e o partido no poder têm sido evidentes nessa fase. Em parte, porque a Frelimo se beneficia do controlo do aparelho do Estado para as suas campanhas, com maior destaque para o uso de bens públicos como viaturas e funcionários públicos. Nas regiões em que há equilíbrio de forças, como nos municípios do centro e norte do país, os níveis de confrontos durante a campanha poderão ser reduzidos. Os partidos estão cientes de que um confronto em contexto de equilíbrio de forças pode resultar em danos avultados, daí desaconselharem este tipo de choques. Mas, nos municípios onde há fraco equilíbrio de forças a violência pode ser elevada, como por exemplo, no sul (Gaza, Inhambane e província de Maputo). Há maior tendência de perseguir e provocar grupos menos representativos do que onde um possível

confronto físico apresenta níveis de incerteza elevados em relação às suas consequências.

Durante a fase de votação, os principais actores são a polícia, os delegados da Frelimo e os observadores credenciados pelas organizações pertencentes a membros da Frelimo. É expectável que o cenário de violência no período de votação prevaleça e, se calhar, com níveis elevados, dada a impopularidade dos governantes de vários municípios da Frelimo. Ou seja, onde houver maior incerteza em relação ao vencedor das eleições, haverá maior probabilidade de aumento de violência eleitoral.

Entretanto, dependerá também da qualidade dos candidatos que a oposição irá apresentar nessas municipalidades. Dependerá, sobretudo, das regiões e dos municípios. Por exemplo, os municípios de Gaza são, por natureza, os que registam maiores níveis de violência física em todo o país, protagonizada pelos grupos de choque da Frelimo contra a oposição. É também o palco da violência (ameaça, detenção e manipulação dos resultados) cujos actores são a polícia e os grupos de choque da Frelimo (membros da OJM). No centro e norte, onde a competição política é elevada, os níveis de confrontos entre simpatizantes são reduzidos, mas são mais frequentes as ameaças e as detenções policiais aos membros da oposição³⁷.

Nas eleições gerais de 2019, a violência pós-eleitoral foi mínima ou inexistente. A morte do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, pode ter reduzido os níveis de conflitualidade pós-eleitoral. A retórica de guerra e de ameaça ao uso de força para reverter os resultados eleitorais quase não existiu. Porém, isso não significa que a Renamo, hoje mais dividida, não possa recuperar a agressividade dos tempos de Afonso Dhlakama. Há condições bastante para isso e existem elementos deste partido que defendem o modelo de pressão do seu anterior líder e contestam o pacifismo de Ossufo Momade a quem o acusam de se subordinar à Frelimo.

A redução dos níveis de violência eleitoral, em todas as fases do processo eleitoral, depende de maior controlo e monitoria de todas as fases pelas organizações da sociedade civil. A maioria das organizações preocupa-se mais com a campanha eleitoral, e sobretudo com a votação, do que com a fase do recenseamento eleitoral, crucial na determinação de mandatos e na manipulação dos resultados eleitorais. Maior controlo e monitoria poderá reduzir sobremaneira a manipulação dos números de recenseamento e, por consequência, diminuir os conflitos que resultam da tentativa de manipular os resultados para justificar os dados dos eleitores fantasmas.

No geral, há sinais de que os níveis de violência eleitoral poderão ser altos, mas vai dependendo da qualidade dos candidatos que a oposição irá apresentar. Há um relativo desgaste em relação à governação da Frelimo nas autarquias, excepto em Chimoio e em outras em que os resultados são relativamente positivos.

8. Risco de repetição de promessas eleitoralistas não realizadas

Em ano eleitoral é de praz que os candidatos a cargos políticas façam promessas com o intuito de granjear simpatia dos eleitores. Cabe aos eleitores fazer a monitoria do cumprimento das promessas feitas aquando da campanha para as eleições.

Nas eleições de 2023, há risco de candidatos a presidentes de conselhos autárquicos voltarem a fazer as mesmas promessas feitas há cinco anos, e que não foram cumpridas! Nesta secção, apresentam-se algumas promessas feitas por candidatos a presidentes nos conselhos autárquicos de Maputo (Eneas Comiche, da Frelimo), Matola (Calisto Cossa, da Frelimo), Nampula (Paulo Vahanle, da Renamo) e Quelimane (Manuel de Araújo, da Renamo) que até então não foram cumpridas. Faltando menos de um ano para o término dos seus respetivos mandatos, há risco de se voltar a fazer as mesmas promessas.

8.1 Município da Cidade de Maputo

O manifesto eleitoral do edil Eneas Comiche, presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Maputo, assentou em quatro pilares, nomeadamente: boa governação e combate à corrupção, consolidação da unidade nacional, desenvolvimento social e humano e desenvolvimento de infra-estruturas³⁸

No pilar da boa governação e combate à corrupção, Comiche prometeu implementar do projecto “Maputo transparente e livre de corrupção”, que visava melhorar a prestação de serviços públicos, reforçar a integridade da administração municipal, bem como simplificar e informatizar os processos e os procedimentos administrativos. O objectivo final era de “reduzir o tempo de espera na resposta às petições dos munícipes, prevenir actos de corrupção e responsabilizar exemplarmente os infractores”. O projecto visava, ainda, assegurar o aprofundamento da participação dos munícipes nos processos de tomada de decisões sobre o desenvolvimento local a nível dos distritos municipais e bairros.

Volvidos mais de 4 anos não houve avanço no concernente à implementação do projecto. A título de exemplo, munícipes continuam a esperar uma eternidade pela resposta no pedido de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUA) para a habitação. Enquanto isso, os técnicos do município fazem boladas de venda de terrenos ou de facilitação de licença. Não é conhecido nenhum caso de responsabilização de funcionários municipais por actos de corrupção, na vigência do mandato de Eneas Comiche. Casos como o da usurpação do antigo espaço do Mercado de Peixe dos vendedores para ser atribuído a pessoas da elite política, mostra que o município está cada vez mais distante dos munícipes, pelo menos dos cidadãos ordinários³⁹.

Quanto à Consolidação da unidade nacional, o edil de Maputo prometeu promover a inclusão económica e social dos munícipes na vida do bairro e do município; prometeu no acto de campanha desenvolver o projecto “Maputo seguro”, para reforçar a ligação Polícia-comunidade, de modo a garantir segurança, tranquilidade e bem-estar dos munícipes, assim como promover a formação de grupos de bombeiros voluntários nos bairros, como força de intervenção de primeira linha. Essa é mais uma promessa que até então não foi cumprida pela edilidade tendo em conta que até hoje não há registo de nenhuma formação de grupo de bombeiros voluntários, bem como o aumento do nível de criminalidade e a falta de activação do policiamento comunitário nos bairros da urbe. A Polícia Municipal, ao invés de proteger o cidadão, é a ameaça do cidadão, com actos crescentes de violência e de corrupção praticados contra vendedores ambulantes e transportadores semi-colectivos⁴⁰.

No pilar de desenvolvimento social e humano não se registou nenhuma melhoria da qualidade de ensino, não se registou nenhuma reabilitação e ampliação dos centros e serviços das unidades sanitárias, não houve nenhuma melhoria, até então, do atendimento nos serviços de saúde pública. Esta realidade contraria promessas feitas durante a campanha e que estão patentes no manifesto eleitoral do Partido Frelimo na cidade de Maputo, segundo a qual, a edilidade se prontificava a promover a melhoria da qualidade de ensino, reabilitar e ampliar os centros e serviços das unidades sanitárias e melhorar o atendimento nos serviços de saúde pública.

O pilar que teve maior número de promessas incumpridas pelo edil de Maputo é o de desenvolvimento de infra-estruturas. Visava a construção e reabilitação da rede de estradas de terra e pavimentadas, incluindo os respectivos sistemas de drenagem e saneamento. As estradas da cidade de Maputo clamam por reabilitações de raiz e a edilidade simplesmente tapa os buracos existentes⁴¹. Comiche

prometeu construir passeios e ciclovias nos distritos municipais KaMpfumu, KaNhlamankulu, KaMaxaqueni, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe e KaNyaka. No último ano do mandato de Éneas Comiche não se vislumbra nenhuma ciclovia na cidade de Maputo.

8.2 Município da Cidade de Matola

Neste município, um dos principais problemas é a falta ou deficiente recolha de resíduos sólidos.⁴² A própria edilidade reconhece a falta de capacidade em prover esse serviço básico para os munícipes e culpa os munícipes de causar imundice na urbe⁴³. Entretanto, no decorrer da campanha para as quintas eleições autárquicas com o *slogan* “Pela Matola que Queremos”, Calisto Cossa prometeu melhorar o sistema de recolha de lixo, melhorar a rede de estradas, garantir um sistema de drenagem de águas nas zonas assoladas frequentemente por inundações. Passados quatro anos, os munícipes continuam a viver os mesmos problemas cujas soluções foram prometidas faz tempo. Bairros estão constantemente alagados, sendo Nkobe, Liberdade e Singathela os que mais sofrem⁴⁴.

8.3 Município da Cidade de Quelimane

O Presidente do Conselho Autárquico de Quelimane, Manuel de Araújo, fez muitas promessas eleitorais que ainda estão por ser cumpridas.

Constam do leque de promessas dar mais emprego, mais água potável, mais corrente eléctrica, mais estradas pavimentadas, mais estradas alcatroadas, mais sinais verticais, horizontais e luminosos, melhor gestão de resíduos sólidos, melhor e sustentável gestão dos resíduos líquidos que resultarão em menos doenças, menos malária (a doença que mais mata em Quelimane), menos diarreias⁴⁵. A promessa que mais deixa os munícipes desgastados pelo não cumprimento por parte de Manuel de Araújo está relacionada com a não pavimentação das estradas⁴⁶.

A ineficiência do sistema de recolha e gestão dos resíduos sólidos é outro problema que tira sono aos munícipes da cidade de Quelimane⁴⁷. A situação é tão dramática que está a causar proliferação de doenças relacionadas ao mau saneamento do meio, como diarreias⁴⁸. E, há ruas que ficam intransitáveis devido ao excesso de lixo amontoado. Essa situação demonstra mais uma vez a falta de cumprimento de uma promessa feita durante a campanha eleitoral.

8.4 Município da Cidade de Nampula

No manifesto eleitoral que levou à eleição de Paulo Vahanle a presidente do município de Nampula, em 2018, Vahanle prontificava-se a cumprir com um leque de promessas, a destacar a edificação da Escola de Artes e Ofícios de modo a promover o auto-emprego com o objectivo de ensinar os jovens munícipes de Nampula a construir e a fabricar as coisas que as comunidades precisam; a construção do mercado municipal do peixe e, por fim, construir um cemitério municipal e um aterro sanitário fora das zonas⁴⁹. Todas estas promessas não foram cumpridas. A escola de artes e ofícios continua ainda no papel. O mercado do peixe até então não foi edificado, simplesmente reabilitou-se o mercado já existente. O aterro municipal ainda não passou de projecto⁵⁰.

9. Risco de aumento de repressão de liberdades fundamentais e fechamento de espaço cívico

Em Moçambique, o poder político exerce controlo sobre a mídia, tanto os meios de comunicação social detidos pelo Estado, assim como os privados. Várias formas são usadas para controlar e condicionar o trabalho da mídia em Moçambique e as principais são a nomeação e o controlo político de dirigentes de meios de comunicação social detidos por entidades estatais, enquanto nos meios de comunicação privados são controlados através de corte de publicidade caso reportem notícias contrárias à vontade do Governo⁵¹.

Nos períodos eleitorais cresce a vontade do poder político de influenciar a opinião pública e fá-lo através do controlo da mídia. Isto é visível na tendência de cobertura dos processos eleitorais pelos meios de comunicação social em Moçambique, tanto públicos como privados. Ao partido Frelimo, no poder, e aos seus candidatos é concedido mais tempo de antena. De igual modo a mídia tende a difundir mais notícias de teor positivo sobre estes, em comparação com as notícias da oposição⁵².

Neste ano, em contexto de uma governação impopular devido a vários problemas, como as incongruências da Tabela Salarial Única (TSU), o aumento da violência, dos raptos, a incapacidade do Governo de prestar assistência aos deslocados de guerra de Cabo Delgado, vai exigir do Governo e do partido no poder mais esforço para controlar a opinião pública.

Assim, há maior risco de controlo dos meios de comunicação social, tanto públicos como privados, os de grande expressão. Este controlo será exercido nas formas tradicionais de controlo editorial dos meios públicos, através de nomeações de dirigentes politicamente alinhados, mas também pelo aliciamento de meios de comunicação social privados através da publicidade de agências governamentais.

9.1 Fechamento de espaço cívico

As organizações da sociedade civil têm desempenhado papel importante enquanto grupo de pressão e monitoria de governação. Em contexto de meios de comunicação social fragilizados, devido ao controlo governamental, as organizações da sociedade civil têm desempenhando um papel importante de advocacia.

Nos ciclos eleitorais, especificamente, nascem várias iniciativas cívicas de observação monitoria da integridade dos processos eleitorais, análise crítica de manifestos eleitorais, prevenção de violência eleitoral. Estas iniciativas sofrem várias repressões políticas, que variam desde situações de bloqueio de credenciação aos observadores independentes⁵³ e, em casos extremos, até de assassinato de observadores eleitorais por forças policiais⁵⁴.

As organizações defensoras da liberdade de imprensa e de direitos civis e políticos, nacionais e internacionais e os parceiros de desenvolvimento devem prestar especial atenção à possibilidade de situações similares voltarem a acontecer no presente ciclo eleitoral, dado ao contexto já descrito de impopularidade do Governo.

É importante fortalecer mecanismos de denúncia de violação de liberdade, pelo Governo e pelos seus agentes, e criar condições para a responsabilização destes casos em Justiça nacional e internacional, o que pode requerer a constituição de defensores legais de liberdades para agir em tempo útil.

O Ministério Público, que tem sido apático em actuar nos casos de defesa dos interesses difusos, precisa de mostrar mais habilidade e proactividade para responsabilizar os políticos que violam liberdades fundamentais dos cidadãos.

10. Equilíbrio de género: risco de exclusão da mulher da participação política

A igualdade de género está no centro das políticas públicas, nas dimensões económica e social de Moçambique⁵⁵. Desde as primeiras eleições gerais e multipartidárias de 1994, os partidos políticos têm garantido a presença das mulheres nas suas bancadas parlamentares que têm oscilado entre os 42.6% e os 47.9%.

Nas eleições de 2014, o partido Frelimo, apesar de ter saído vencedor, perdeu alguns mandatos na Assembleia da República, passando de 191 para 144 deputados. Este factor teve influência no número de mulheres que o partido elegeu, que baixou de 81, em 2009, para 69, em 2014, embora a percentagem das mulheres nas listas do partido tenha aumentado de 42.4% para os 47.9%.

O Partido Renamo também aumentou de forma significativa a presença de mulheres no parlamento desde as primeiras eleições legislativas de 1994, altura em que tinha apenas 13 na sua bancada parlamentar (11.6%) e mais recentemente 24 (26.9%). Verificou-se um abrandamento significativo nas eleições de 2009, em comparação com as eleições de 2004, em que o partido passou de 23 para 15 mulheres. Todavia, este decréscimo deveu-se a uma redução drástica no número de deputados que a Renamo elegeu (passou de 90 para 51). A percentagem para o mesmo período subiu de 25.5%, em 2004, para 29.4%, em 2009, a maior até aqui alcançada por este partido.

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) participou nas eleições legislativas, tendo, nas de 2009, elegido uma mulher. Nas de 2014 elegeu duas mulheres. Este partido é actualmente o que apresenta a menor percentagem de mulheres no parlamento, situando-se em 21.5%. É também o grupo parlamentar que possui o menor número de mandatos na Assembleia da República.

As listas de candidatos fornecidas à CNE pelos partidos políticos para as eleições de 2009 e de 2014 permitem analisar a percentagem de mulheres que cada partido indica para o Parlamento. Dos três partidos com assento parlamentar, a Frelimo é o que apresenta maior percentagem de mulheres nas suas listas e o MDM é o único em que a percentagem das mulheres reduziu nas eleições de 2009 e de 2014. Um elemento bastante interessante é a presença massiva de mulheres nas listas em lugares não elegíveis, o que pode demonstrar um menor envolvimento das mulheres em actividades políticas que lhe garantam maior visibilidade e eleição.

Actualmente, nenhuma das 11 autarquias das cidades capitais provinciais é dirigida por uma mulher. Nas eleições autárquicas deste ano, é preciso monitorar o risco de se limitar cada vez mais a participação de mulheres, enquanto candidatas a presidentes de autarquias locais de maior dimensão. É preciso reverter a situação em que as mulheres são deixadas para os últimos lugares.

O *gender mainstreaming* é uma área transversal que afecta a todos. Portanto, é responsabilidade de todos, incluindo as organizações da sociedade, a comunidade, os partidos políticos, o Governo, as congregações religiosas, entre outras, monitorar a sua concepção e implementação. Por ser uma ferramenta poderosa para criar uma sociedade mais equitativa, é hora de tomar uma posição e lutar por um mundo inclusivo onde todos tenham os mesmos direitos e oportunidades.

Conclusão

A realização de eleições devia constituir oportunidade de consolidação da democracia, permitindo a participação política do cidadão na escolha dos seus dirigentes. Entretanto, conforme demonstrado no texto, em contexto de corrupção endémica e de governação autoritária, as eleições acarretam uma série de riscos.

No texto mostrou-se que com a realização de eleições, podem resultar vários riscos económicos, políticos e até de segurança. As eleições podem ser usadas como oportunidade de desvio de fundos do Estado, de diversas formas, assim como podem levar ao aumento da repressão de liberdades fundamentais e até a assassinatos de activistas políticos e à manipulação das instituições democráticas para ganhar as eleições de forma fraudulenta.

O contexto de insurgência armada em Cabo Delgado pode levar ainda a que haja aumento de ataques contra alvos políticos e civis durante a fase de recenseamento, campanha eleitoral e até à votação.

Os “partiditos” políticos, ainda dominados pelos homens, podem limitar ainda mais a participação da mulher dos processos eleitorais, limitando a candidatura de mulheres para dirigir autarquias do grupo A, as capitais provinciais.

Para que estes riscos não se concretizem é preciso que toda a sociedade trabalhe activamente na sua monitoria, denunciando as situações de repressão dos direitos fundamentais, da violação da lei, e advogar por uma sociedade mais íntegra e democrática.

Referências

Endnotes

- 1 CIP. (2021). Governo não está a gerir de forma transparente e responsável os pacotes de política fiscal introduzidos para fazer face a COVID-19. Disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Governo-não-está-a-gerir-de-forma-transparente.pdf> (consultado a 13 de Janeiro de 2023)
- 2 Moçambique obteve uma pontuação de 60/100
- 3 Disparidade ou desnivelamento de informação entre dois grupos.
- 4 Harymawan, I. *et al.*, (2020), How does the presidential election period affect the performance of the state-owned enterprise in Indonesia? *Cogent Business & Management*, ISSN 2331-1975, Taylor & Francis, Abingdon, Vol. 7, Iss. 1, pp. 1-14. Disponível em <https://doi.org/10.1080/23311975.2020.1750330>. (Consultado a 18 de Janeiro de 2023)
- 5 Ufen, A. *et al.* (2015) Financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais um manual sobre financiamento político. Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/funding-political-parties-and-election-campaigns-handbook-PT.pdf>. (Consultado a 17 de Janeiro de 2023)
- 6 A Verdade (17 de Dez. de 2009). Cambaza voluntariou-se a reabilitar escola da Frelimo. Disponível em <https://verdade.co.mz/cambaza-voluntariou-se-a-reabilitar-escola-da-frelimo/> (consultado a 31 de Janeiro de 2023)
- 7 E-Global (20 de Novembro de 2019). Moçambique: Governo usou USD 248 milhões das mais valias para despesas de emergência. Disponível em <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique/mocambique-governo-usou-usd-248-milhoes-das-mais-valias-para-despesas-de-emergencias/> (consultado a 18 de Janeiro de 2023)
- 8 World Bank (2022). *Global Economic Prospects, January 2023*. Washington, DC: World Bank. doi:10.1586/978-1-4648-1906-3. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO
- 9 World Bank (2022). *Global Economic...*
- 10 República de Moçambique (2022). *Plano Económico, Social e Orçamento do Estado de 2023*, p. 24.
- 11 *Global Economic Prospects, Janeiro de 2023*
- 12 McKay, D. (24 de Out. de 2024). Gemfields says “basic operations” resume following evacuation of Montepuez ruby mine. *Miningmx*. Disponível em <https://www.miningmx.com/news/diamonds/51183-51183/> (consultado a 19 de Jan de 2023).
- 13 CTV (2021). Censo de Mineradores Artesanais inicia em todo o país. Disponível em <https://ctv.org.mz/censo-de-mineradores-artesanais-inicia-em-todo-o-pais/> (consultado a 17 de Janeiro de 2023).
- 14 <http://ugpk.gov.mz/documentacao/>(consultado a 17 de Janeiro de 2023).
- 15 A Verdade (11 de Nov. de 2021). Empresário do Regime é o novo Ministro na para Assuntos da Casa Civil. Disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/12098-nyusi-amelia-nakhare-e-bacela-triunvirato-que-controla-os-negocios-do-estado-reforca-poder-politico> (Consultado em 13 de Janeiro de 2023)
- 16 A Verdade (11 de Nov. de 2021). Empresário do Regime é o novo Ministro na para Assuntos da Casa Civil. Disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/12098-nyusi-amelia-nakhare-e-bacela-triunvirato-que-controla-os-negocios-do-estado-reforca-poder-politico> (Consultado em 13 de Janeiro de 2023)
- 17 Carta de Moçambique (19 de Out. de 2022). Nyusi, Amélia Muendane e Bacela: triunvirato que controla os negócios do Estado reforça poder político. Disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/12098-nyusi-amelia-nakhare-e-bacela-triunvirato-que-controla-os-negocios-do-estado-reforca-poder-politico> (Consultado a 15 de Janeiro de 2023)
- 18 CIP & CMI (2016). *OS CUSTOS DA CORRUPÇÃO PARA A ECONOMIA MOÇAMBICANA: Por qué é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal*. Maputo: CIP
- 19 CIP (2019). *FINANCIAMENTO PÚBLICO À CAMPANHA ELEITORAL: Não há transparência, prestação de contas, nem responsabilização*. Maputo: CIP, disponível em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/08/Financiamento-Pu%CC%81blico-a%CC%80-Campanha-Eleitoral.pdf>, (acessado a 16 de Janeiro de 2023)
- 20 CIP (2019). Jean Boustani disse que Filipe Nyusi recebeu suborno de 1 milhão de dólares da Privinvest. Maputo: CIP, disponível em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/11/Jean-Boustani.pdf> (acessado a 17 de Janeiro de 2023).
- 21 NHAMIRRE, B (2021). *CORRUPÇÃO DAS... op. cit*
- 22 Evidências (20 Fev. 2021). *A Dama de... op cit*
- 23 NHAMIRRE, B (2022). *FINANCIAMENTO POLÍTICO... op cit*.
- 24 World Bank Group & DFID (2020) *MOZAMBIQUE: Assessment of the Public Procurement System, Main Report*. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35388/Main-Report.pdf?sequence=1>. (Consultado a 17.01.2022)
- 25 Nhamirre, B (2020) *Procurement Público em Moçambique: Reformas Legislativas sem Efeito no Combate à Corrupção*. In: *Governança e Integridade em Moçambique*. Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/11/Governac%CC%A7a%C-C%83o.pdf>. (Consultado a 19. 01. 2023)
- 26 Nhamirre, B (2022). *Financiamento político... op cit*.
- 27 Guambe, E (2021) *Financiamento político, um dos antídotos da demoracia em Moçambique. A quem beneficiam os partidos políticos viabilizados por políticos investidores?* Disponível em: https://www.academia.edu/48214260/FINANCIAMENTO_DE_PARTIDOS_EM_MOCAMBIQUE. (Consultado a. 20.01. 2024)
- 28 Nhamirre (2020) *Procurement Público em Moçambique...op cit*
- 29 Deutsche Welle (16 Out. 2017). *Obras sobrefaturadas transformam Vilankulos em cidade fantasma*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/obras-sobrefaturadas-transformam-vilankulos-em-cidade-fantasma/g-40974015>. (Consultado a 20.01.2023)
- 30 Club of Mozambique (2018) *Mozambique: Overbilling in public works costs state more than EUR 3 million*. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-overbilling-in-public-works-costs-state-more-than-eur-3-million/> (Consultado a 21.01.2023)
- 31 O País (17 de Out. 2022) *Gestores do Município de Pemba investigados por suposta corrupção no concurso público para constru-*

- ção da estrada ANE Chuiba. Disponível em: <https://opais.co.mz/gestores-do-municipio-de-pemba-investigados-por-suposta-corrupcao-no-concurso-publico-para-construcao-da-estrada-ane-chuiba/>. (Consultado a 20.01.2023)
- 32 LUSA (13 de Abr. de 2020). Moçambique: Grupos no Norte são radicais islâmicos que pretendem impor a ‘sharia’. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/internacional/2020-04-13-Mocambique-Grupos-no-Norte-sao-radica-islamicos-que-pretendem-impor-a-sharia> (consultado a 25 de Janeiro de 2023)
- 33 Chichava, S (2020). A Frelimo criou o “Al Shabaab”? Uma análise às eleições de 15 de Outubro de 2019 a partir de Cabo Delgado. IESE. Disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/CadernosIESE-18_SChichava.pdf (consultado a 25 de Janeiro de 2023)
- 34 LAAKSO, L. (2007). “Insights into electoral violence in Africa”. In: Matthias Basedau (ed.). *Votes, Money and Violence* (ed). Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, NAI.
- 35 A Verdade (19 de Jul. de 2019). Eleitores “fantasmas” da Província de Gaza estão no Chókwè, Chibuto Limpopo e Chongoene. Disponível em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2019/07/indiferente-as-vid%C3%A4ncias-do-ine-sobre-a-popula%C3%A7%C3%A3o-com-idade-para-votar-na-prov%C3%ADncia-de-gaza-e-ignorando-os-apelos-dos-pa.html (acessado em 17 de Janeiro de 2023).
- 36 União Europeia Missão de Observação Eleitoral (2020). Relatório Final Eleições Gerais e das Assembleias Provinciais de 15 Outubro 2019. Maputo: União Europeia, Missão de Observação Eleitoral.
- 37 MABUNDA, Lázaro (2019). “Polícia e violência eleitoral: as eleições autárquicas de 2013 em Moçambique”. In João Feijó (ed.). *Tensões e Conflitos Sociais no Campo*. Maputo: Escolar Editora/OMR, p. 215 – 249
- 38 Borges, A (25 de Set. de 2018). “Vamos txunar Maputo”. O País. Disponível em <https://opais.co.mz/vamos-txunar-maputo/> (consultado no dia 15 de Janeiro de 2022)
- 39 Borges, A. (17 de Ago. de 2022). Vendedores do Mercado do Peixe voltam a manifestar-se em Maputo. O País. Disponível em <https://opais.co.mz/vendedores-do-mercado-do-peixe-voltam-a-manifestarem-se-em-maputo/> (consultado no dia 15 de Janeiro de 2022)
- 40 Borges, A. (11 de Mar. de 2022). Vinte e nove anos da Polícia Municipal marcados pelo histórico de corrupção. O País. Disponível em <https://opais.co.mz/vinte-e-nove-anos-da-policia-municipal-marcados-pelo-historico-de-corrupcao/> (consultado no dia 15 de Janeiro de 2022)
- 41 Borges, A (02 de Set. de 2021). Município de Maputo tapa buracos ao invés de reabilitar as estradas e avenidas. O País. Disponível em <https://opais.co.mz/municipio-de-maputo-tapa-buracos-ao-inves-de-reabilitar-as-estradas-e-avenidas/> (consultado a 12 de Janeiro de 2023)
- 42 TV Miramar (2020). LIXO INVADE VIAS DA MATOLA. TV Miramar. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WzV-J7M0cxOQ> (Consultado a 12 de Janeiro de 2023)
- 43 Uamusse, I (11 de Jan. de 2022). Município de Maputo tapa buracos ao invés de reabilitar as estradas e avenidas. O País. Disponível em <https://opais.co.mz/edilidade-acusa-privados-de-causar-imundicie-na-matola/> (consultado a 13 de janeiro de 2023)
- 44 Zucula, J (28 de Mar. de 2022). Moradores da Liberdade na Matola agastados por conta de inundações. O País. Disponível em <https://opais.co.mz/moradores-da-liberdade-na-matola-agastados-por-conta-de-inundacoes/> (consultado a 12 de Janeiro de 2023)
- 45 Araújo, M. (2013). Conferência de Imprensa proferida pelo Candidato a Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane, Professor Doutor Manuel de Araújo. Disponível em <http://manueldearaujo.blogspot.com/search?q=campanha>. (Consultado a 12 de Janeiro de 2023).
- 46 Marcos, J. (12 de Out. de 2022). Cidade de Quelimane está com ruas e avenidas degradadas. O País. Disponível em <https://opais.co.mz/cidade-de-quelimane-esta-com-ruas-e-avenidas-degradadas/> (Consultado a 12 de Janeiro de 2023)
- 47 TVM. (10 de Jan. de 2023). Lixo está a tomar conta da Cidade de Quelimane. Disponível em <https://www.tvm.co.mz/index.php/noticias/economia/item/10219-lixo-esta-a-tomar-conta-da-cidade-de-quelimane>. (Consultado a 12 de Janeiro de 2023)
- 48 Afonso, M. (15 de Abril de 2019). Lixo que ‘saturou’ Quelimane provoca doenças diarreicas que resultaram em dois óbitos. A Carta. Disponível em <https://www.cartamz.com/~cartamzc/index.php/sociedade/item/1602-lixo-que-saturou-quelimane-provoca-doencas-diarreicas-que-resultaram-em-dois-obitos>. Consultado a 12 de Janeiro de 2023
- 49 Vahale, P. (2018), Manifesto Eleitoral. Renamo. Disponível em <https://www.renamo.org.mz/Documentos/ManifestoVahanle2018.pdf>. Consultado a 12 de Janeiro de 2023
- 50 Jornal Notícias. (10 de Out. de 2019). Com o lixo a ameaçar o cemitério local: População de Ntota pede aterro sanitário. Jornal Notícias. Disponível em <https://jornalnoticias.co.mz/capital/nampula-capital/com-o-lixo-a-ameacar-o-cemiterio-local-populacao-de-ntota-pede-aterro-sanitario/>. (Consultado a 13 de Janeiro de 2023)
- 51 Cortez, E. et al (2016). Custos e Consequências das Dívidas Ocultas pra Moçambique. CIP/CMI: Maputo. P. 100
- 52 Nhanale E. e Fonseca, M. (2019). Relatório de Monitoria da Cobertura dos Media das Eleições Gerais de 2019 em Moçambique. MISA: Maputo
- 53 Hanlon, J. (2019). Há bloqueio da observação eleitoral. *CIP Eleições*. Disponível em <https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2019/10/Eleicoes-Gerais-65-03-10-19.pdf> (consultado a 27 de Janeiro de 2023)
- 54 Matsinhe, C. (2020). Caso Anastácio Matavele: Seis polícias condenados a prisão. DW. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/caso-anastacio-matavele-seis-pol%C3%ADcias-condenados-a-pris%C3%A3o/a-53863961> (consultado a 27 de Janeiro de 2023)
- 55 Aernout, Ruth (2020): Gender Equality as the Road to Development - The Effectiveness of Smart Economics and Gender Mainstreaming as Growth and Development Policies. A Comparative Analysis. Master’s Programme in Economic Development. Lund University. School Of Economics and Management.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC



Norwegian Embassy